

O ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: HISTÓRIA DE UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Catya Marques A. de Araujo
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Amanda Pérez Montañés

RESUMO

O presente estudo forma parte de uma investigação iniciada na segunda quinzena de agosto de 2010 no projeto de pesquisa: "Políticas públicas e ensino do espanhol como língua estrangeira na região de Londrina: desafios para sua implementação" (LEM - UEL), com bolsas de IC do CNPq e da UEL. Conforme a Lei Federal nº. 11.161 de 05 de agosto de 2005, o ensino da língua espanhola tornou-se obrigatório nas escolas públicas e privadas de ensino médio em todo o território nacional. Em busca da valorização do ensino de línguas, neste artigo serão abordadas algumas considerações sobre o processo histórico que envolve o ensino de língua espanhola no Brasil, ademais, serão tratadas linearmente as reformas efetuadas no sistema educativo brasileiro que visam à inclusão do espanhol nos currículos escolares. Espera-se contribuir para a divulgação e valorização da Língua Espanhola no Brasil, e também colaborar para um melhor desenvolvimento educacional da região de Londrina.

Palavras chave: Letras Estrangeiras Modernas, Língua Espanhola, Ensino de Espanhol.

Considerações iniciais

Sabe-se através dos livros de história que a presença dos espanhóis em terras brasileiras acontece desde o início da colonização do Brasil e se intensificou entre 1888 e 1930. Na década de noventa, a Espanha possuía dezenas de colônias por todas as Américas e milhares de espanhóis imigraram para essas colônias, em busca de riquezas, uma vez que os diversos problemas socioeconômicos estavam agravados na Espanha. Segundo Belloto (1992),

[...] as dificuldades econômicas causadas em grande parte por epidemias agrícolas, que prejudicaram sobremaneira as vinhas, fizeram com que a Espanha se interessasse em averiguar quais os países que poderiam oferecer melhores condições a cidadãos seus que emigrassem.

Desta forma, o Brasil foi um dos alvos escolhido pelos imigrantes espanhóis, conforme Fernández (2005, p.18), “mais de quatro milhões de imigrantes espanhóis ocuparam as terras das regiões Sul e Sudeste em consequência das graves crises econômicas que acometiam a Espanha desde meados do século XIX”. No entanto, essa intensa ocupação dos espanhóis no Brasil deixou marcada muito mais fortemente a sua cultura, a qual deu espaço para o ensino de outras línguas estrangeiras.

Neste artigo, será abordado linearmente e de maneira sintetizada um panorama histórico sobre as reformas efetuadas no sistema educativo brasileiro que visam à inclusão do Espanhol como língua estrangeira (LE) a partir do ano de 1942 até a sanção da Lei 11.161/2005 admitida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, a qual intitula a oferta obrigatória da língua espanhola nos currículos plenos do Ensino Médio e de caráter facultativo no Ensino Fundamental. Ademais, serão abordadas as políticas lingüísticas vigentes que regulam o ensino/aprendizagem da LE. Para esse reconto histórico, nos apoiamos nos dados apresentados pela revista *Helb e Nova Escola*.

A primeira legislação educacional que incluiu a língua espanhola como disciplina obrigatória sucedeu no ano de 1942, devido à reforma Capanema, feita pelo ministro Gustavo Capanema com o intuito de criar um conjunto de medidas para reestruturação da educação nacional proporcionando relevância às línguas clássicas (Latim e Grego) e modernas (Inglês, Francês e Espanhol) e pela primeira vez, inseriu a língua espanhola no Ensino Médio.

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek solicita ao Congresso nacional a elaboração de um projeto de lei para a inclusão do Espanhol na grade curricular das escolas, porém, não foi adiante devido às interferências político culturais da Inglaterra e França.

Logo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, retira a obrigatoriedade do ensino de LE e deixa a cargo dos conselhos Estaduais de educação a opção pela inclusão nos currículos. É importante ressaltar que nenhuma das disciplinas clássicas e modernas mencionadas na reforma Capanema aparecem no texto da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Para Rodrigues (p.17), das línguas ensinadas no período desde a reforma Capanema até a LDB,

[...] O espanhol foi, entre as três línguas modernas obrigatórias – ao lado do francês e do inglês –, aquela que desfrutou do menor poder de adesão na estrutura curricular desse período, devido a sua presença praticamente simbólica nos cursos Clássico e Científico (contando com apenas um ano de estudo) e ao pouco tempo de que dispôs para poder se consolidar nesse nível de ensino.

Sendo assim, percebe-se que até então a língua espanhola não teve muito prestígio uma vez que as legislações, projetos e reformas educacionais deixaram a cargo dos Estados a escolha da língua a ser ensinada, e quando houve obrigatoriedade do ensino do Espanhol sua carga horária foi mínima, tornando-se irrelevante.

Em busca da valorização do ensino de línguas, em 1970, é criado o primeiro programa de pós-graduação (stricto sensu) em linguística aplicada ao

ensino de línguas no país, tendo como um dos idealizadores Maria Antonieta Alba Celani considerada uma grande pesquisadora da área.

Posteriormente, com a resolução 58/76, em 1976, houve um resgate parcial do ensino de LE na escola de 2º grau. É decretada a obrigatoriedade para o colegial (Ensino Médio) e não para o ginásio (Ensino Fundamental). Portanto, esta resolução resgata parcialmente a valorização do ensino de línguas na escola pública, pois ainda não contempla a inclusão no 1º grau.

Nos dez anos seguintes, ocorreu o surgimento de associações de professores como a TESOL (Professores de inglês e Falantes de outras línguas), a APEERJ (Associação de professores de espanhol do Estado do Rio de Janeiro), APEESP (Associação de professores de Espanhol do Estado de São Paulo) assim como a criação de fundações (APLIESP, FENEIS, ALAB, SIPLE) que muito contribuíram para o desenvolvimento de programas relacionados ao ensino aprendizagem de línguas estrangeiras e sua valorização pelo país.

No ano de 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases nº9.394/96 (LDB) e atual regulamentadora do ensino escolar no país, que tornou o ensino de línguas obrigatório a partir da 5ª série, abriu caminhos para que as línguas estrangeiras continuassem sendo ensinadas nas escolas.

A saber:

[...] na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996 Art. 26, § 5º).

Assim, o ensino de línguas volta a ser obrigatório no Ensino Fundamental.

E no Ensino Médio, seria incluída uma LE escolhida pela comunidade e uma segunda opcional. Mais uma vez, tanto na resolução promulgada em 1976 como na LDB de 1996 não mencionam quais seriam as línguas que as escolas deveriam ofertar, somente é mencionado 'línguas modernas' como reforça o artigo 36, inciso III da seção referente ao Ensino Médio que “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição” (BRASIL, 1996 Art.36; grifo meu).

As alegações do senador Bello Parga reforçam que a LDB não especifica um determinado idioma estrangeiro a ser estudado e na sua visão a existência de países hispano-falantes ao redor do Brasil não é motivo suficiente para estabelecer uma legislação favorável ao Espanhol. (SEDYCIAS, 2005. p.24)

Com base nessa situação, percebe-se que o ensino do espanhol até então, não apresentava grandes interesses por parte do sistema público brasileiro. Ademais, permanecia claramente insuficiente no legislativo e organizativo. Entretanto, a partir dos anos 90 foi-se consolidando e transformando a idéia da valorização do Ensino do Espanhol no Brasil. Um dos possíveis motivos para esta valorização é a necessidade de aprimoramento do saber decorrente do mundo globalizado, nesse sentido aparecem novas demandas e exigências que se fazem presentes na situação educacional contemporânea.

O boom da língua espanhola

Ao fazer uma análise geral da situação do ensino da língua espanhola no Brasil e seu prestígio, percebe-se que houve um crescimento expressivo de interesse na língua desde o início da década de 90. Um dos fatores contribuintes por esse crescimento foi a expansão das relações comerciais entre Brasil e países Latino Americanos falantes de Espanhol. Outro fator importante seria a chegada de diversas empresas e instituições espanholas ao Brasil, e um terceiro fator relevante seria o peso da cultura espanhola que impulsionaram e incentivaram o mercado de ensino dessa língua. O presente estudo irá centrar-se nestes três aspectos.

O primeiro aspecto faz referência ao mercado comum do sul (MERCOSUL) que foi estabelecido em 1991 pelo tratado de assunção cujo principal objetivo é abrir caminhos para a constituição de um mercado comum entre os países membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e postumamente a adesão da Venezuela. Desta forma, criam-se diversas expectativas econômicas entre os países integrantes. Para Sedycias (2005, p.19) os objetivos do MERCOSUL são:

[...] criar formas de estender as atuais dimensões dos mercados nacionais e potencializar, sobre esta base, o desenvolvimento econômico com justiça social e desenvolver o uso dos recursos disponíveis na região, preservando o meio ambiente e melhoria dos meios transportes e comunicação.¹

Ao considerar os países que fazem parte do MERCOSUL percebe-se que somente o Brasil não possui o Espanhol como língua oficial, portanto nota-se a necessidade de um idioma comum que facilite as relações tanto comerciais quanto culturais. Como alega o senador Fogaça apud Sedycias (2005, p. 20):

É útil recordar que o processo de globalização da economia, que caracteriza o mundo contemporâneo, está exigindo dos países a adoção de medidas que favoreçam sua inserção. De forma positiva, no contexto internacional, na América Latina, o Acordo de Constituição de um Mercado Comum do Sul–Mercosul, marca um começo que anima a integração dos países, com o objetivo de conjugar os esforços e de conquistar um espaço promissor no novo cenário econômico internacional. O êxito do MERCOSUL, não obstante, requer um esforço progressivo para fazer possível uma maior aproximação e entendimento entre os países membros. Neste sentido, o domínio de um idioma comum é de fundamental importância.

¹ Texto original [...] crear medios para ampliar las actuales dimensiones de los mercados nacionales, potenciar, sobre esta base, el desarrollo económico con justicia social y desarrollar el aprovechamiento de los recursos disponibles en la región, preservando el medio ambiente y mejorando los medios de transporte y comunicación

Percebe-se nessa exposição do senador Fogaça uma valorização não só nas relações comerciais do MERCOSUL, mas também na língua espanhola como veículo de comunicação internacional, o que torna a língua cada vez mais influente no Brasil e no mundo.

Em relação às empresas espanholas no Brasil, pode-se citar a Telefônica ou Endesa e grandes bancos como o Santander ou banco Bilbao de Vizcaya que são consideradas grandes companhias com fortes investimentos no Brasil que do mesmo modo cooperaram para a supervalorização da língua espanhola como língua de negócios.

Seguindo esta linha de raciocínio sobre o porquê da valorização do espanhol, o terceiro assunto a se considerar, e não menos importante, é a influência da cultura hispânica (países de idioma espanhol) no Brasil. Sedycyas (2005, p.21) aponta que:

[...]o sucesso adquirido nos últimos anos pela música e literatura hispânica, a nível internacional é uma realidade, como é a simpatia que a Espanha causa em seus eventos artísticos e culturais, assim como, no esporte.²

Com a globalização, a importância da cultura hispânica se destaca, uma vez que as pessoas estão em busca de novas informações. Além de receber influências da Espanha, sabe-se que geograficamente o Brasil possui diversas fronteiras com países cuja língua oficial é o Espanhol. E está explícito que essa proximidade faz com que os brasileiros tenham afinidade com essa cultura, seja através das músicas, literatura, culinária, manifestações artísticas, culturais e etc. Kraviski afirma (2007, p.12)

Geralmente, as pessoas entendem cultura como as tradições e costumes de uma determinada comunidade, a maneira de viver e seus valores

² Texto original [...] el éxito cosechado durante los últimos años por La música y la literatura hispanas en el ámbito internacional es una realidad, como lo es la simpatía que España despierta por sus manifestaciones artísticas y culturales , a las que no es ajeno el deporte

morais. Entretanto, o que mais representa a cultura de um povo é a sua língua.

Assim sendo, essa influencia cultural do mundo hispânico transmitida ao Brasil, tanto dos países da América Latina como da própria Espanha propiciou relevância ao ensino do Espanhol.

É nesse contexto que a língua espanhola começou a ser valorizada e passou a ser incluída nos currículos de vários cursos de nível superior, bem como na grade curricular do Ensino Fundamental e Médio de muitas instituições de ensino privado e público.

Frutos dessa expansão e difusão, em 2005, o governo federal dispõe a Lei 11.16/2005, a qual torna obrigatória a oferta do espanhol nas escolas de Ensino Médio, sendo que o prazo para cumprir essa determinação expirou em 2010.

Para tanto, o passo seguinte sobre o panorama histórico do ensino de línguas no Brasil a ser tratado, seguirá em relação aos objetivos da disciplina e metodologias da língua espanhola. Então, para complementar as LDBs que define e regulariza o sistema de educação brasileiro, foram publicados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) com objetivo de auxiliar o professor e as escolas no desempenho de seu trabalho apresentando propostas de reorientação curricular feitas pela Secretária e Ministério de Educação. Servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao programa de aulas e, ademais, ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional.

Documentos norteadores para o ensino/aprendizagem do Espanhol

Considerando a política lingüística como uma ação do Estado que orienta os objetivos do ensino e aquisição, no caso, de uma língua estrangeira, surgem os PCNs como uma medida de política linguística para complementar as LDBs.

No ano de 1998, a publicação dos PCNs de 5^a a 8^a séries, aconselhou, com base no princípio da transversalidade, uma abordagem sociointeracionista para o ensino de língua estrangeira, ou seja, aponta a necessidade de considerar três fatores para orientar a inclusão de uma determinada língua estrangeira no currículo: fator relativo à história, às comunidades locais e à tradição, deste modo, valoriza-se uma abordagem voltada à interação do aprendiz incorporando aspectos socioculturais da língua através da leitura.

Para Leffa (1999, p.16)

[...] os Parâmetros não chegam a propor uma metodologia específica de ensino de línguas, mas sugerem uma abordagem sociointeracional, com ênfase no desenvolvimento da leitura, justificada, segundo seus autores, pelas necessidades do aluno e as condições de aprendizagem.

A ênfase na leitura referida pelo autor Wilson Leffa, em língua estrangeira pode ser observada no seguinte fragmento retirado dos PCNs (1998, p.20)

[...] Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em LE pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno. A leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em LE pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua LM. Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país e também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes.

Nota-se que nos PCNs a leitura ganha peso frente às outras habilidades comunicativas e o professor poderá sentir-se limitado enquanto a sua ação em sala de aula para trabalhar com as demais habilidades lingüísticas, podendo gerar no aluno um pensamento de que ele só aprenderá a falar na LE se freqüentar cursos de ensino privado.(LEFFA, 2005).

No caso específico do ensino da língua espanhola percebe-se que há uma visão diferente frente a outras línguas, de acordo com este fragmento retirado dos PCNs de 1998:

[...] No Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano etc.) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. (1998 p.20)

Sendo assim, com base no documento entende-se que o ensino do Espanhol por compartilhar fronteiras com países hispano falantes deve estar centrado também, no desenvolvimento das habilidades orais. Porém, esta questão não é abordada relevantemente neste documento. E sim, enfatiza-se o uso que se faz da LE via leitura, mencionado anteriormente, como habilidade principal para a aprendizagem de uma língua.

No entanto, através das leituras, em especial das edições dos PCNs posteriores, identifica-se que além do ensino via leitura propostos, o documento também aponta a utilização de abordagens comunicativas, ou seja, em lugar de centrar-se o estudo somente na gramática normativa, o que não implica no abandono da leitura como instrumento de aprendizagem, agregar o valor comunicativo na didática da aprendizagem da língua estrangeira. Segundo Moreira (2009, p.22),

[...] O ensino de Língua Estrangeira embasado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tem como foco a função comunicativa, cuja proposta prevê o desenvolvimento das habilidades de leitura e

interpretação, orais e escritas, contextualizando a aprendizagem do idioma com o cotidiano do aluno. É espero do professor, aproximar o aluno, por meio da língua, a outras culturas, envolvendo-lhe em situações que o aproximam de sua realidade, indo além do academicismo teórico, buscando inovar a sua metodologia de ensino aprendizagem, incluindo recursos didáticos que proporcionam uma leitura diferenciada de mundo, integrada aos conteúdos pertinentes

Desta forma, a disciplina de LE deve ocupar um espaço importante no currículo das escolas e deixar de ser tratada como uma matéria isolada, que até então se pautava na leitura e memorização de aspectos gramaticais, ou seja, priorizava o estudo de textos escritos.

De acordo com os PCNs (2000, p.6):

Não se pode mais postergar a intervenção no Ensino Médio, de modo a garantir a superação de uma escola que, ao invés de se colocar como elemento central de desenvolvimento dos cidadãos, contribui para a sua exclusão. Uma escola que pretende formar por meio da imposição de modelos, de exercícios de memorização, da fragmentação do conhecimento, da ignorância dos instrumentos mais avançados de acesso ao conhecimento e da comunicação. Ao manter uma postura tradicional e distanciada das mudanças sociais, a escola como instituição pública acabará também por se marginalizar.

O documento demonstra a importância no que diz respeito a mudança no modo de se pensar o modelo didático/pedagógico no ensino médio, ao se colocar avesso à ideia de restringir a utilização de um único modelo de se ensinar.

Diante das citadas reflexões, é importante ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais devem ser vistos pelos educadores como um documento norteador de princípios, mas cabe ao professor aplicá-los de acordo com

os objetivos e interesses dos aprendizes, reforçando o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas exposta na LDB de 1996.

Considerações finais

Considerando que o presente estudo se centra no que diz respeito ao reconto histórico das políticas públicas e lingüísticas alusivas ao ensino de LE no sistema educativo brasileiro. É importante observar que a língua é um organismo histórico e cultural em constante evolução atribuída por nossas culturas e sociedades transformistas. Ela organiza e determina as possibilidades de percepção do mundo. Dada essa importância faz-se a necessidade conjunta de atuação de todos os envolvidos no processo de estruturação, divulgação, promoção e manutenção do sistema educativo brasileiro para dar o devido respaldo às LEs, em especial, a língua espanhola. E desta forma, o aprendizado venha a enriquecer a formação pessoal e profissional do indivíduo para que novos horizontes se abram aos professores, pesquisadores , alunos de espanhol como língua estrangeira e à sociedade em geral.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Manoel Lelo. A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936). **E.I.A.L.v. 3**, n.2 Julho /Dez. 1992. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eial/III_2/bellotto.htm> Acessado em: 07/01/2012

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: **Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acessado em: 25/11/2011

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João (Org.). **O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.p.14-34.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. Contexturas, **APLIESP**, n.4, p.13-24, 1999. Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf>> acesso em: 10/02/2012

REVISTA NOVA ESCOLA. **O ensino de língua estrangeira no Brasil**. Ago. 2008, p. 77 à 79. Disponível em:< <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-estrangeira/fundamentos/alem-gramatica-426788.shtml> >acesso em: 05/01/2012

RODRIGUES, Fernanda dos Santos Castelano . Leis e línguas: o lugar do espanhol na escola brasileira. **Espanhol**. V.16. Disponível em: <http://www.espanhol.seed.pr.gov.br/arquivos/File/mec_exp_ensino/cap_um.pdf>. Acesso em: 20/01/2012

SEDYCIAS, João. **O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo:Parábola Editorial, 2005.

KRAVISKI ELYS, Regina Andretta. Estereótipos culturais: **O ensino de espanhol e o uso da variante Argentina em sala de aula**. 2007. 111 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba,2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/LinguaEspanhola/Dissertacoes/4elys_dis.pdf>. Acesso em 15/01/2012